Mito da democracia racial: a relação entre imaginário e a aceitação das cotas raciais como política pública no Brasil, a partir da análise de posts no site da UOL[1]

Kelly Tatiane Martins Quirino[2]

Resumo

O mito da democracia racial ainda permanece no imaginário brasileiro e este pensamento impede políticas de ação afirmativa no Brasil. O sistema de cotas raciais adotado pela Universidade de Brasília é um exemplo. O Partido Democratas encaminhou ação ao Supremo Tribunal Federal para julgar a legitimidade das cotas, a qual foi considerada constitucional no dia 26 de abril de 2012. Porém, a decisão do STF não agradou a maioria dos brasileiros. Este artigo analisa 54 posts no site UOL com as opiniões das pessoas, abaixo da reportagem principal sobre a votação da legalidade das cotas raciais, para fundamentar os motivos da opinião pública ser contrária ao sistema de cotas.

Palavras – Chaves: Negro. Democracia Racial. Imaginário. Cotas Raciais. Posts.

1 Versão preliminar desse artigo foi apresentada na VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, GT 3 – Jornalismo e Representações dos Grupos Sociais - tendo este texto sido reformulado (pós-evento) e submetido com alterações à revista Comunicologia.

2 Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UNB), Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Jornalista diplomada e membro da Comissão dos Jornalistas para Igualdade Racial do Sindicato dos jornalistas do Distrito Federal (Cojira DF). Link curriculum lattes: http://lattes.cnpq.br/2143395951134941

Mito de la democracia racial: la relación entre la imaginaria y la aceptación de las cuotas raciales como las políticas públicas en Brasil, a partir del análisis de los puestos en el sitio UOL

Resumen

El mito de la democracia racial que todavía permanece en el imaginario brasileño y pensó que esto impide que las políticas de acción afirmativa en Brasil. El sistema de cuotas raciales aprobada por la Universidad de Brasilia es un ejemplo. Los demócratas del Partido caminaron recurso ante el Tribunal Supremo para juzgar la legitimidad de las cuotas, que se consideró constitucional el 26 de abril de 2012. Sin embargo, la decisión de la Corte Suprema no fue del agrado de la mayoría de los brasileños. Este trabajo analiza 54 puestos UOL sitio con los puntos de vista de personas por debajo del informe principal sobre la votación de la legalidad de las cuotas raciales, para justificar los motivos de la opinión pública es contraria al sistema de cuotas.

Palabras Clave: Negro, democracia racial,, cuotas raciales imaginarios, de Mensajes.

Myth of racial democracy: the relationship between imaginary and the acceptance of racial quotas as public policy in Brazil, based on the analysis of posts in the UOL site

Abstract

The myth of racial democracy still remains in the Brazilian imagination and thought this prevents affirmative action policies in Brazil. The system of racial quotas adopted by the University of Brasília is an example. The Party Democrats walked action to the Supreme Court to judge the legitimacy of quotas, which was considered constitutional on 26 April 2012. However, the Supreme Court decision did not please the majority of Brazilians. This paper analyzes 54 posts UOL site with the views of people below the main report on the vote on the legality of racial quotas, to justify the motives of public opinion is contrary to the quota system.

Keywords: Black, Racial Democracy, Imaginary, Racial Quotas, Posts.

Introdução

O mito de que há uma democracia racial ainda permanece no imaginário brasileiro. Cabe ressaltar, que o termo mito é aqui utilizado com o significado de ideia falsa, que distorce a realidade ou não corresponde a ela (Ferreira, 2004). Nesta perspectiva, o campo jornalístico mantém a democracia racial no imaginário brasileiro não discutindo de forma profunda as desigualdades existentes no país como um problema racial. Segundo dados do Censo de 2010, há 96,7 milhões de pessoas que se autodeclaram negras, o que corresponde a 50,7% da população brasileira. Porém, os negros ocupam os piores indicadores sociais e econômicos do país.

A vulnerabilidade econômica da população negra reflete-se no acesso à direitos fundamentais como saúde, moradia e educação. Segundo dados da 4ª edição do Retrato de Gênero e Raça, produzido pelo IPEA, no ano de 2011, enquanto que 47,2% da população branca utiliza o Sistema Único de Saúde, entre os negros, o percentual é de 67%. Esta estatística se inverte quando se analisa o acesso aos planos de saúde privados, 17,2% da população negra contra 34,9% entre os brancos que possuem plano de saúde privado Nesta pesquisa, o IPEA afirma que a população negra é SUS-dependente, por não ter outras opções de acesso à saúde no Brasil.

No que tange à educação, o panorama não é muito diferente. Mesmo com as políticas públicas implantadas para reduzir as disparidades educacionais entre negros e brancos, ainda em 2009 os brancos apresentaram 8,4 anos de média de estudo em detrimento aos negros que estudaram em media 6,7 anos.

Quando se analisa os dados do ensino superior, mesmo com as políticas de ações afirmativas, no ano de 2009 o percentual de brancos no ensino superior foi 21,3% contra 8,3% dos negros.

A partir dos dados apresentados acima, já é possível perceber que não há democracia racial no país. Mas, ainda assim, há no imaginário coletivo que o Brasil é um país sem preconceito racial[1]. Este pensamento é predominante

1 Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos,

devido ao discurso criado por Gilberto Freire de que não houve conflitos raciais no processo de formação do povo brasileiro.

Todos os anos os jornais divulgam estudos do IPEA, IBGE, ONU, entre outras entidades, no qual apontam que os negros no Brasil são vulneráveis socialmente e desta forma possuem menos anos de estudos, uma menor expectativa de vida, menores salários, porém, há uma dificuldade de ir além da questão social e nominar e problematizar esta situação como uma questão de raça, ou seja, a sociedade brasileira é racista e isto gera a situação de vulnerabilidade apresentada todos os anos pelos dados estatísticos.

O jornalismo cumpre seu papel factual de divulgar os dados estatísticos. A dificuldade está em problematizar em artigos ou nos editoriais o racismo e, a partir disto, desconstruir a democracia racial que há no imaginário. Cabe ressaltar que antes da construção do discurso do imaginário, houve ações políticas que rechaçaram o negro da incorporação ao mercado de trabalho. O processo de abolição no Brasil se deu por uma questão econômica. No processo de transição de uma economia agrícola para uma industrializada, o país precisava de uma população consumidora e para isso, era necessário ter trabalhadores assalariados. A esse processo econômico, juntou-se o pensamento positivista do final do século XIX que para o Brasil progredir não podia-se ter a enorme população negra que existia no país no início da República.

Os negros eram a maioria da população brasileira no final do século XIX e por serem considerados inferiores, as elites brasileiras viam esta população como um problema ao progresso brasileiro. Sodré (2000) afirma que taxinomia de racismo adotado no Brasil seguiu o conceito formulado por Taguieff o qual denomina "racismo universalista de tipo espiritualista no qual' as raças evoluem e tornam-se superiores na razão direta do progresso civilizatório". Para as raças evoluírem a imigração europeia como massa trabalhadora assalariada foi a solução para a econômica e também para o enbranquecimento da população brasileira em prol do progresso.

---

o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem*. Extraído de Nogueira, Oracy: Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Publicado em Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, novembro de 2006. Link http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf .

É neste período, entre o final do século XIX e o inicio do século XX, que intelectuais vão iniciar os primeiros estudos sobre a problemática racial no Brasil. Tendo como precursores Nina Rodrigues, Perdigão Malheiros e Artur Ramos, os seus estudos vão afirmar, entre outras coisas, que o negro é biologicamente inferior, por isso, que o Brasil é um país atrasado socialmente.

Ocorre que este conceito de democracia racial foi uma forma eficaz de estabelecer uma hierarquia entre brancos e negros, aquele superior e este inferior. Criou-se uma escala de valores onde o tipo ideal é o branco europeu e o negativo, inferior, étnico e culturalmente é o negro. Este discurso foi tão eficaz que também fez parte do imaginário coletivo brasileiro, influenciando a autoestima do negro, que passou a negar a sua identidade étnica e por muito tempo os influenciou a não se declararem negros. Um exemplo disso, é que no censo de 1980, o IBGE identificou o total de 136 cores na população brasileira.

Há outro elemento no discurso de democracia racial brasileiro que também influencia nas disparidades socioeconômicas entre negros e brancos no Brasil é a meritocracia. Parte-se do pressuposto de que no país, por ser uma democracia, as oportunidades são equânimes a todos, sendo assim, a culpa no atraso social dos negros, é deste próprio grupo social.

Formação racial brasileira: mestiçagem, mito da democracia racial e racismo

A questão racial é uma temática ainda não resolvida na sociedade brasileira. Há no imaginário brasileiro o mito (por meio do discurso), criado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, de que o Brasil é uma democracia racial. Há um consenso na formação racial de que brancos, índios e negros formaram a população brasileira.

A literatura brasileira é uma das primeiras áreas a sustentar que o brasileiro é um povo mestiço. A obra o *Guarani* de José de Alencar é a primeira a exaltar as características pueris e nobres do índio Peri, o qual se apaixona pela personagem branca Ceci, e de como esta relação é envolvida de inocência e subserviência da parte do índio junto a mulher branca. Uma das principais críticas sofridas por esta obra na atualidade é a ausência das pessoas negras na formação do país.

Um século depois, Mário de Andrade escreve *Macunaíma*, o anti-herói nacional. Por meio de metáforas que inclui crenças indígenas e medievais, atos antiéticos e até a sexualidade exacerbada de *Macunaíma*, Mário já procura construir um personagem herdeiro das três raças: branco, índio e negro.

A literatura está sendo utilizada neste *corpus* para exemplificar que a formação do povo brasileiro não foi um acontecimento unânime para a construção do pensamento sociológico nacional. E mais, além da literatura, o jornalismo também foi um instrumento de propagação destas ideias junto à opinião pública.

O processo de colonização do Brasil não será discutido na literatura, mas nas Ciências Sociais que no final do século XIX quer construir uma nação próspera e moderna e passa a planejar as formas de alcançar a modernidade.

Entre os vários projetos para a nação a modernidade, destaca-se o projeto político da imigração do país na perspectiva de embranquecer a população brasileira que era majoritariamente negra. No século XIX, a teorias racialistas atestavam a inferioridade do povo negro. Santos (2002) argumenta como as ideias vindas da Europa, foram utilizadas pela elite brasileira, para atestar a inferioridade e atraso dos negros e para justificar a imigração europeia branca em nosso país. Em *A invenção do ser negro*, Santos elenca estes elementos:

> 1 – O progresso do país é fundamental; 2 – Para ter progresso é preciso ter mão de obra qualificada; 3 – Escravidão é sinal de atraso; 4 - A população brasileira constituída, em sua maioria por escravos, é atrasada; 5 – Não há obra qualificada disponível no Brasil. (Santos, 2002, p. 84)

Este progresso pensado pela elite brasileira foi baseado na ideia de progresso e desenvolvimento econômico herdado da Europa. Aliás, o pensamento brasileiro é todo advindo da Europa, mais precisamente França e Inglaterra. Boaventura de Sousa Santos, no artigo *Entre Próspero e Caliban – Colonialismo, Pós Colonialismo e Interidentidade*, destaca o papel subalterno que Portugal vai ter no mundo capitalista, desde o século XVII, o que impede que Portugal ocupe um lugar de hegemonia no processo colonial se tornando um país periférico dentro da Europa. Mas, o que cabe ressaltar nesta análise, não é o aspecto econômico, todavia a cultura portuguesa e a influência na formação racial do Brasil.

As ideias de progresso e de racialismo que chegam no país são herdadas do pensamento iluminista francês. A colonização portuguesa passe a ser subalterna porque Portugal passa a depender economicamente da Inglaterra, não desenvolve o seu parque industrial e a história do colonialismo no século XVII passa a ser escrita em inglês ou francês. Além disto, no que tange a questão racial, franceses e ingleses tinham como norma não se relacionar sexualmente com os colonizados. Colocar o homem branco europeu como superior e o negro como inferior foi uma forma de encontrada por ingleses e franceses para evitar descendentes impuros.

Fanon, na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, cita trecho proferido no II Congresso Internacional de Eugenia na França, explica a postura de franceses e ingleses para evitarem o cruzamento entre as raças.

> Mas o branco, em determinadas questões, continuava irredutível. Por nenhum preço ele queria intimidade entre as raças, pois é sábido que "os cruzamentos de raças diferentes rebaixam o nível psíquico e mental...Até que nós tenhamos um conhecimento mais bem fundamentado sobre o efeito de cruzamentos de raças, seria melhor evita-lo entre raças muito distantes". (Fanon, 2008, p. 111)

Já em Portugal, a mestiçagem entre o homem português junto a mulheres indígenas e negras é uma marca desta colonização. Boaventura de Souza Santos destaca que isto se deve a forma da cultura portuguesa ser fronteiriça, ou seja, há uma forte heterogeneidade interna porque os lusitanos historicamente tiveram contato com os mouros (por conta da ocupação árabe na Idade Média) e com o norte da África. O fato deles não terem introjetado que o cruzamento entre raças era algo ruim, explica a relação entre colonizador e colonizado nas colônias portuguesas, como no Brasil.

> Para os críticos pós-coloniais anglo-saxões a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e assimilação porque, consoante os casos, ou nega por fora da enunciação o que a enunciação afirma ou então afirma o que ela nega. No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si, encarna no mulato e na mulata como corpo e zona corporal.

> O desejo do outro em que Bhabha funda a ambivalência da representação do colonizador não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem: é físico, criador, multiplica-se em criaturas. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português. Importante será elucidar as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro. (Santos, 2003, p.27)

Gilberto Freyre, ao falar das características gerais da colonização portuguesa no Brasil, já destacava o hibridismo nas sociedades coloniais portuguesas como um triunfo em relação aos ingleses e franceses. "É certo que através de muito maior miscibilidade que os outros europeus, as sociedades coloniais de formação portuguesa tem sido todas hibridas, umas mais outras menos" destaca Freyre (1981) na obra *Casa Grande e Senzala.*

Outro destaque na obra de Freyre, apontado por Boaventura de Souza Santos, é a miscigenação entre o homem branco e a mulher negra ou indígena que vai sustentar a colonização portuguesa. Primeiro, porque o português não tinha gente suficiente para povoar as colônias e também já tinha contato com outros povos africanos que os tornavam mais tolerantes em relação a raça do que outros colonizadores.

Freyre destaca que:

> O português (...) por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de cor. Pelo intercurso com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigora e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável a ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas os preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social. (Freyre, 1981, p. 13)

A relação entre o colonizador e a colonizada negra/indígena, o mulato e a formação do Brasil tendo a família aristocrática como estrutura fundamentou, a partir da década de 30, a formação social do país sob a égide de uma harmonia racial defendida por Freyre.

Porém, na década de 60, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, comumente chamada escola sociológica paulista, vão defender que abolição de escravatura do Brasil não incorporou o negro na estrutura econômica do Brasil.

Estes intelectuais vão defender que o processo de abolição no Brasil se deu por uma questão econômica. No processo de transição de um país agrícola, para um país industrializado, o país precisava de uma população consumidora e para isso, era necessário ter trabalhadores assalariados. A esse processo econômico, juntou-se o pensamento positivista do final do século XIX, já citado neste artigo, de que para o Brasil progredir não podia ter a enorme população negra que existia no país no início da República.

A imigração europeia como massa trabalhadora assalariada foi a solução para a questão econômica e também para o enbranquecimento da população brasileira, já que o negro era associado como um ser inferior e atrasado.

A ciência também será uma grande aliada para atestar a inferioridade negra. É entre o final do século XIX e o inicio do século XX, que intelectuais vão iniciar os primeiros estudos sobre a problemática racial no Brasil. Tendo como precursores Nina Rodrigues, Perdigão Malheiros e Artur Ramos, os seus estudos vão afirmar, entre outras coisas, que o negro é biologicamente inferior, por isso, que o Brasil é um país atrasado socialmente.

Clóvis Moura (1988) vai afirmar que este processo inicial repleto de estereótipos e preconceitos, porém, alicerçados pela ciência, irá penetrar no subconsciente do brasileiro médio, residindo aí o início de uma democracia racial no imaginário nacional.

> Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva

> que a sucedeu. Queremos dizer, com isto, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade do capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro. (Moura, 1988, p. 17)

Segundo Moura, a democracia racial se estabeleceu juntando a miscigenação, o mulato, junto com a democratização, que é um aspecto sociopolítico, como processos que ocorreram harmonicamente durante a formação populacional brasileira, partindo até da ideia de Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala.

Porém, na década de 60, os sociólogos passam a pesquisar as condições socioeconômicas da população negra brasileira e desmitificam a democracia racial e ainda aferem que o Brasil é racista. Este fenômeno de racismo é estruturante na formação socioeconômica do país, que ainda hoje, 2014, os indicadores do segmento populacional negro são os piores comparado ao grupo branco.

Em nota técnica divulgada em fevereiro de 2014, o IPEA divulga ainda os indicadores econômicos entre negros e brancos e aponta o racismo brasileiro como responsável por estes dados:

> Tomando-se, por exemplo, a escolaridade, embora sejam evidentes os avanços conquistados nos últimos anos, a desigualdade racial permanece, ainda que tenha-se reduzido ao longo deste período. Para ilustrar, a média de anos de estudos da população negra passa de 65%, em 1992, para 81% da taxa da população branca em 2012. A escolaridade média conquistada pelos negros em 2012 (7,1 anos), contudo, corresponde ao patamar que a população branca já experimentava há mais de dez anos. Com efeito, estas desigualdades no campo educacional acabam por ter reflexos em outras esferas da vida social, como é o caso do mundo do trabalho. Os negros permanecem, nesta área, sobrerrepresentados entre os desempregados e, entre as posições mais desprotegidas e mais precárias. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo equalizando a questão da escolaridade, via de regra, a população negra segue em desvantagem. Ainda que comparem trabalhadores com mais

> de 12 anos de estudo, o rendimento médio dos homens negros equivale a 66% daquele auferido por homens brancos com a mesma escolaridade. No caso das mulheres negras, com este mesmo nível educacional, percebem rendimentos equivalentes a apenas 40% do rendimento dos homens brancos (PNAD, 2012). Esta diferença explica-se pelo fato de que a segregação racial nos papéis relativos às carreiras, posição na ocupação, setor de atividade e nível hierárquico reflete-se na desigualdade salarial entre negros e brancos, mesmo entre aqueles com igual nível de escolaridade. Ademais, o racismo produz e reproduz estas diferenças e atua de forma direta neste quadro. (Silva, Marques da Silva, 2014, p.4).

A partir dos dados apresentados acima, já é possível perceber que não há democracia racial no país e que o racismo é um componente diferenciador entre negros e brancos no país. Mas, ainda assim, há no imaginário coletivo que o Brasil é um país sem preconceito racial. Entender isto na perspectiva do conceito de imaginário será de mais fácil compreensão, além de dar subsídios para entender a dificuldade de aceitação da institucionalização das cotas raciais pela opinião pública.

O imaginário como suporte concreto

Até o momento, o termo imaginário está sendo discutido, porém, o mesmo não foi conceituado. Motta (2002) vai dar um significado mais amplo ao conceito de imaginário, indo além dos aspectos míticos e ficcionais que o termo é comumente empregado. Para o pesquisador:

> O entendimento do imaginário como uma categoria com essa amplitude ajuda-nos na compreensão do pensamento de uma determinada formação social ´porque assim concebido, o imaginário transforma-se numa categoria analítica que engloba tanto a contraditória história das representações das relações sociais concretas assim como das complexas manifestações simbólicas de um povo – a complexa potência dramática e poética de cada sociedade. Queremos com isso dizer que o imaginário de um povo abarca tanto as representações e práticas ideológicas que são parte de

> confrontos sociais objetivos entre os diversos segmentos e classes sociais num determinado contexto histórico como as alegorias, metáforas e práticas que expressam os sentimentos individuais ou coletivos mais profundos e inconscientes. (Motta, 2002, p. 105)

Partindo do pressuposto de que o imaginário contempla as representações das relações sociais concretas, assim como das complexas manifestações simbólicas, no que tange ao imaginário sobre a população negra, historicamente, esta parte da população foi marginalizada no processo de construção econômica do país. Porém, em alguns setores, a elite permitiu que o negro pudesse exercer a sua capacidade técnica: no esporte e na arte.

Há uma aceitação de que os negros podem ser excelentes músicos, dançarinos, atores, atletas, mas só isso. Historicamente, o acesso aos bens materiais foi dificultado ao máximo para este segmento da população. As matrizes ideológicas da elite brasileira impediram que os negros tivessem acesso a instituições políticas, como os poderes legislativo, executivo e judiciário, as instituições educativas, como as escolas e universidades, aos meios de produção de capital, além dos direitos humanos fundamentais que já foram apontados anteriormente neste texto.

Motta (2002) vai afirmar que a ideologia não é só um discurso de ideias até porque ela se manifesta nas instituições. Historicamente, os negros brasileiros sentiram esta prática nos espaços institucionais.

> Quando falamos em matrizes ideológicas estamos pensando em visões de mundo, em concepções da realidade que correspondem a certos grupos sociais, certas classes, certos segmentos profissionais . Nas relações de produção estes grupos vão estabelecer regras e modelos no interior de instituições – a mídia, a escola, a igreja, o sistema jurídico – que por sua vez modelam gostos, modas gestos e comportamentos. Jacques Ranciére diz que a ideologia não existe em um discurso – pelo menos não como sistema de imagens, signos, etc. Ela existe primeiro e principalmente nas instituições, aparelhos ideológicos. As formas de controle e imposição não se expressam em termos de conteúdo transmitidos, mas, sim na estrutura do ambiente em que ele é transmitido: "a ideologia da classe dominante não é simplesmente – diríamos até mesmo essencialmente – expressa e tal ou qual conteúdo de conhecimento, mas sim na divisão de conhecimentos, nas formas através das quais eles são apropriados. A ideologia não é uma coleção de discursos ou um sistema de ideias.

> Ela não é aquilo que Althusser chamou de atmosfera. A ideologia dominante é um poder organizado em instituições – o sistema de conhecimento, o sistema de mídia, etc.

A esse processo de exclusão dos espaços institucionais foi recebido pelos negros como uma forma de procurar os teus espaços próprios. É interessante observar que os negros brasileiros nunca foram submissos a este processo de marginalização. Durante o período escravocrata, os quilombos foram uma forma de resistência do povo contra a opressão. As manifestações simbólicas como a religião e a arte também foram uma forma encontrada para manter minimamente elementos de uma identidade negra africana no período colonial.

O movimento negro como resistência ao mito da democracia racial

Pós-abolição, principalmente no século XX, surgem grupos políticos que passam a reivindicar espaços institucionais para os negros. Na primeira metade do século XX a estratégia foi criar espaços tipicamente negros. Foi assim que surgiu uma imprensa negra em 1915 com o jornal *Menelick*, depois com o *Clarín da Alvorada* (1924), *Auriverde*, o *Patrocínio e Progresso*, jornais de 1932, entre tantos outros. Os principais jornais criados foram no Estado de São Paulo e pode-se esquematizar que houve três períodos de publicação da imprensa negra; 1º período de 1915 a 1923, o 2º de 1924 a 1937 e o 3º de 1945 a 1963.

Além de uma imprensa negra, outra instituição criada foi a *Frente Negra Brasileira*. Fundada em 1931 na cidade de São Paulo por Abdias do Nascimento, e tendo se tornado partido político em 1936, a Frente foi o primeiro espaço político criado pelos negros como forma de resistência. Por conta do Estado Novo, a Frente foi impedida de atuar, mas teve uma importância por agregar uma primeira elite intelectual negra no Brasil.

O *Teatro Experimental do Negro* (TEN) também foi criado como forma de resistência. Também fundado por Abdias do Nascimento, mas na cidade do Rio de Janeiro, pós-ditadura do Estado Novo, o teatro tinha como objetivo abrir possibilidades nas artes cênicas para atores negros e negras. Grandes atores negros foram egressos do TEN como Grande Otelo, Lea Garcia e Ruth de Souza.

Já na segunda metade do século XX, os grupos negros passam a atuar de forma clandestina devido à ditadura militar que ocorreu de 1964 a 1985. Porém, nesta outra etapa a atuação do que será denominado Movimento Negro passa a ser um processo não só de criação de espaços institucionais para a população negra, mas a proposta de ocupação por negros dos espaços institucionais tradicionais.

A criação do *Movimento Negro Unificado* (MNU), em 1978, na cidade de São Paulo tem como objetivo lutar contra a discriminação racial, criar uma autoestima para que os negros tenham orgulho de ser negros (romper com a ideologia de inferioridade estética criada pelas elites) e também a luta por políticas afirmativas.

O MNU sofreu muita influência da luta pelos direitos humanos dos negros americanos e é nesta perspectiva que surge um movimento negro nacional organizado que passa a ser um ator político muito importante no Brasil. O movimento negro luta no processo de redemocratização, reivindica uma saúde de acesso universal e é um dos movimentos sociais responsáveis pela criação do Sistema Único de Saúde, altera a data de luta dos negros brasileiros, que deixa de ser o *13 de maio* (Dia da Abolição) e passa a ser o 20 de novembro (Morte de Zumbi). Esta mudança é simbólica porque a mensagem que quer transmitir é que a Abolição dos Negros não foi dada pela Princesa Isabel e sim conquistada por meio da resistência dos quilombos, e como o maior quilombo brasileiro foi Palmares, o dia da morte do maior líder de Palmares, Zumbi, torna-se o dia da Consciência Negra Nacional.

Ocorre, que todo este processo ocorreu distante dos holofotes da elite, até porque, o Movimento Negro ainda não havia mexido na estrutura de poder institucionais das elites dominantes. Quando ao final da década de 90, o Movimento Negro passa a reivindicar ações afirmativas como reparação histórica da estrutura escravista que ainda permanece no país, mesmo após um século da abolição, a elite brasileira começa a se opor este processo.

A institucionalização das cotas raciais

A primeira política de ação afirmativa para a população negra no Brasil se deu no acesso para as universidades públicas. A instituição universidade pública no Brasil, historicamente, é um espaço de excelência e ocupado pelas elites econômicas nacionais.

A instituição pioneira na implementação das cotas raciais foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001. Logo depois, a Universidade de Brasília (UNB) foi a primeira universidade pública federal a ter o sistema de ingresso de cotas raciais no vestibular. No vestibular de junho de 2004, a UNB adotou as cotas raciais com as seguintes justificativas e objetivos:

> Vítimas de perseguição racista por muitos anos, negros e negras enfrentam dificuldades para ingressar e permanecer na universidade. Desde a formação das instituições de ensino superior no século XIX, jamais houve um projeto que garantisse o acesso em massa da população negra à academia. Hoje, os negros correspondem a apenas 2% do contingente de universitários, apesar de representarem 45% dos brasileiros, segundo dados do IBGE de 2002.A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira federal a instituir o sistema de cotas, em junho de 2004, após cinco anos de debates. A ação afirmativa fez parte do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da UnB e foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). No primeiro vestibular, o sistema de cotas foi responsável por 18,6% dos candidatos. A eles, foi destinado 20% do total de vagas de cada curso oferecido. O Sistema de Cotas para Negros existe porque a universidade brasileira é um espaço de formação de profissionais de maioria esmagadoramente branca. Ao manter apenas um segmento étnico na construção do pensamento dos problemas nacionais, a oferta de soluções de torna limitada. As políticas de ação afirmativa direcionadas à população negra tem como objetivo o enfrentamento de um quadro de desigualdades raciais, reconhecido pelo Estado brasileiro e observado na UnB[2].

O sistema de cotas adotado pela UNB foi questionado pelo Partido Democratas (DEM) que encaminhou uma ação ao Supremo Tribunal Federal alegando que o sistema viola os preceitos fundamentais da Constituição de 1988, como a dignidade da pessoa humana, o preconceito de cor e a discriminação, afetando o próprio combate ao racismo.

O DEM argumentou também que o sistema de cotas pode trazer "danos irreparáveis se a matrícula se basear em cotas raciais, a partir de critérios dissimilados, inconstitucionais e pretensiosos".

2 Extraído do site http://www.unb.br/estude_na_unb/sistema_de_cotas em 01/07/2012

Os argumentos alegados pelo Partido Democratas se alicerçam nos argumentos de meritocracia e de responsabilidade do próprio grupo social. Os elementos históricos que segregaram a população negra não foram considerados. Clóvis Moura (1988) argumenta que a:

> Etnologização dos problemas sociais a partir da afirmação de que há uma democracia racial no Brasil demonstra como há uma confusão dos adeptos desse critério metodológico. Ao abandonarem como universo de análise a estrutura rigidamente hierarquizada na qual essas etnias foram ordenadas, de acordo com um sistema de valores discriminatório, através de mecanismos controladores, historicamente montados para conservar o sistema, objetivando manter os segmentos e grupos dominados nas últimas escalas de sua estrutura. (...). De um lado, ao se dizer que há uma democracia racial no Brasil, e, de outro, ao se verificar a alocação dessas etnias não-brancas no espaço social, chega-se à conclusão de que a sua inferiorização é decorrência das próprias deficiências ou divergências desses grupos e/ou segmentos étnicos com o processo civilizatório. (1988, p. 64)

A constitucionalidade das cotas e o rebate do público a decisão do STF

A ação impetrada pelo DEM começou a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 25 de abril de 2012. Por unanimidade, no dia 26 de abril os doze ministros votaram que o sistema de cotas raciais é constitucional.

Porém, a decisão do STF não agradou a opinião pública[3] brasileira. No site da UOL, no dia 26 de abril, ocorreu a

3 O conceito de opinião pública utilizado neste artigo é de Jurgen Habermas no qual "opinião pública" está colocada, no sentido da ideia de reputação, ou a consideração que se realiza em relação aos outros. Neste sentido, significa uma maneira de ver determinada coisa que passa por um julgamento, questionamento. Esta teria uma função importante de controlar o exercício do poder político. Através da publicização das ações políticas institucionais, o público pode supervisionar e criticar tais ações garantindo maior transparência e contentamento. A noção de opinião publica, para Habermas, é fundamental, pois se baseia na racionalização que é inerente à condição humana, ou seja, todos os seres humanos têm, em si, capacidade de racionalizar.Isto também significa que, se um argumento for colocado à prova,qualquer ser humano é capaz de comprová-lo, ou não, através da racionalização. Para Habermas, a esfera pública seria a esfera de legitimação do poder público.

enquete '*Você é a favor das cotas raciais; 23,49% disseram que eram a favor das cotas e 76,51% são contra as cotas raciais*.

Os dados puros não ajudam a entender os motivos que as pessoas possuem para serem contra as políticas de cotas. No entanto, a reportagem publicada no site da UOL intitulada "*STF decide por unanimidade que o sistema de cotas é constitucional*[4]" há o espaço para os comentários. Foram avaliados 54 comentários no portal de notícias Uol no dia 26 de abril de 2014. Por meio dos posts, as pessoas exprimiram opiniões favoráveis ou contrárias as cotas raciais. São estas opiniões que terão argumentos para fundamentar o porquê de a maioria da opinião publica ser contra as cotas.

É possível identificar três linhas de argumentos nos posts:

- Uma crítica ao governo do PT, ao STF e aos casos de corrupção do país;
- Críticas ao sistema de cotas alegando que as cotas deveriam ser sociais,
- O governo deveria melhorar a educação fundamental ao invés de adotar as cotas porque todos tem as mesmas oportunidades de direito
- E comentários favoráveis as cotas com argumentos históricos, dados e até sugestões de leitura a respeito da temática.

As maiores críticas ao governo utilizam o argumento de que o STF é corrupto e o PT é demagogo, porque como a votação ocorreu por meio de voto aberto, o STF quis ser politicamente correto. Abaixo, são relacionados alguns posts que contém estes comentários:

- *O STF consegue ser pior que o Congresso. Sem dúvida, é sua pior formação até hoje.* Comentário de Carlos José
- *Voto aberto numa questão dessas dá nisso: ministros do Supremo agindo pra serem "politicamente corretos"*. Comentário de Alex

4 Reportagem completa no portal uol, segue link: http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/04/26/por-unanimidade-stf-diz-que-cotas-raciais-em-universidades-publicas-sao-validas.htm.

- *E o pior é que uma ação com tamanho impacto é só mais uma cortina de fumaça para ninguém ver os réus do PT na CPI do Cachoeira ganhando a impunidade por debaixo dos panos.... Isso sem falar no Mensalão petista (primeiro e único) que vai ser empurrado com a barriga mais uma vez...* Comentário de M. Mig – O Vingador
- *Se você não sabe como DESTRUIR um país, pergunte ao PT e aos seus integrantes....* Comentário de Gabriel Cruz

Os comentários acima refletem o pensamento da opinião pública de que a política adotada pelo PT é a favor das cotas porque trata-se de um governo corrupto e que quer destruir o desenvolvimento do país. A constitucionalidade das cotas raciais, neste tipo de discurso, é justificada porque o PT e o STF não estão comprometidos com a meritocracia, com a transparência e com o progresso do país. Fica evidente a ideologia dominante apresentada por Motta (2002) que a estrutura institucional do STF e dos partidos políticos (neste caso o PT) deveria zelar pela ética e pelo progresso, segundo os modelos da elite brasileira. Como as cotas não fazem parte da visão de mundo das pessoas que escreveram os posts, eles se posicionam de forma contrária por meio de um discurso hegemônico que ataca duas instituições que tradicionalmente, sempre defenderam interesses elitistas.

No que tange as críticas sobre as cotas serem sociais do que raciais, vai ao encontro do que foi desenvolvido neste artigo de que há no imaginário do povo brasileiro de que no país há uma democracia racial. Por meio desta perspectiva, não há justificativas para se ter cotas raciais. Os argumentos utilizados foram:

- *Pena que o sistema de cotas foi aprovado. Não vejo ninguém incapaz e inferior a ninguém para ingressar ou conseguir algo através de cotas.* Comentário de Glauber Wandson
- *A concessão de ESMOLAS (cotas) foi considerada constitucional hoje. E esmola não resolve problema algum. Mais uma vez o STF mostra com clareza sua hipocrisia*. Comentário de Oscar Wilde
- *Nem sempre o que é legal é moral. O sistema de cotas, tal como está sendo colocado, parece definir que determinados cidadãos precisam ser ajudados para conseguir entrar numa faculdade, por causa da cor da sua pele.*

Isso não é um outro jeito de declarar preconceito? Mais justo seria definir cotas aos pobres, já que o ensino básico oficial é lamentável, e é o que os pobres podem frequentar. Comentário de Gil Monteiro Novo

- *O STF acaba de oficializar a exclusão racial.* Comentário de Joel Pereira de Sá

A questão da meritocracia está implícita em todos os comentários. Os posts partem do pressuposto que todos os indivíduos no Brasil possuem a mesma igualdade de oportunidades, desta forma, as cotas raciais não são necessárias. Assim, como negros, brancos e indígenas possuem a mesma chance as cotas "*oficializam a exclusão racial*" como afirmou Joel Pereira de Sá. Ao fazer isso, o preconceito é declarado pelo Estado e o correto seria cotas sociais como afirmou Gil Monteiro Novo "M*ais justo seria definir cotas aos pobres*".

A reprodução desse tipo de argumento reforça no imaginário de que o país vive em uma democracia racial, e o problema do Brasil é a pobreza e a educação. E são as pessoas pobres que precisam de cotas para terem acesso a universidade, não os negros.

Este tipo de discurso também segue a mesma matriz ideológica apontada por Motta (2002). Se a cota for social, ainda assim, o problema racial não é resolvido. Por meio desta lógica, a probabilidade de os brancos pobres terem acesso à universidade ainda é maior do que os negros (dado às estatísticas socioeconômicas), sendo assim, este tipo de argumento se baseia na não aceitação do negro na universidade, que é um espaço que dá acesso ao conhecimento. Espaço este dominado pelas elites brasileiras.

Outro argumento utilizado nos posts é que o governo deveria investir na educação básica do que adotar as cotas raciais:

- *Do que adianta o Governo/PT querer garantir faculdade por raça... Deveria se preocupar com o ensino base e fundamental... O povo tendo uma boa base de estudo entraria em qualquer faculdade sem precisar de cota racial.* Comentário de Clóvis Sabino
- Fa*lam bonito! Rasgam o verbo! E a demagogia continua viva. Os brancos pobres, os índios, os amarelos, etc, estarão destinados a serem, se sobreviverem, os próximos a requerer esta "justiça". Escola, em primeiro e segundo grau,*

eficiente e de bom nivel, é a verdadeira cota nesta terra de hipócritas! Comentário de Alcides Emanuelli

- *Suprema estupidez e proselitismo do judiciário. É óbvio que o problema da desigualdade social no Brasil não será resolvido por decreto. A melhoria tem que vir antes de o aluno chegar à universidade. É necessário melhorar a escola pública, o ensino básico em horário integral. Alunos com prazer de fequentar. Professores bem pagos, orgulhosos da profissão que escolheram. Prédios e instalações físicas sejam melhores do que tudo que há entorno. Assim não haverá necessidade de cotas, nem desculpas.* Comentário de Hélio Ferreira

É interessante observar que as pessoas reconhecem a importância do governo melhorar o ensino fundamental, o que não aceitam são as cotas raciais. Ocorre, que os comentários não contemplam subsídios sobre os dados da educação dos negros brasileiros, e além do mais, houve comentários que atribui a desigualdade social que o negro vive no país como responsabilidade do grupo e não do Estado. O Alcides Emanuelli postou outro comentário endossando isto:

- *Basta estudar em vez de querer ser jogador de futebol* – Comentário de Alcides Emanuelli

O comentário do Alcides reforça também um estereótipo de que o negro só quer ser jogador de futebol. Além da democracia racial, também há no imaginário este tipo de discurso sobre os negros tais como: a vadiagem, a preguiça, a irresponsabilidade, entre outros. Discurso que inferioriza o negro e também o coloca numa condição de indolência, preferindo ser jogador de futebol a estudar e ter outras possibilidades no mercado de trabalho.

Além da indolência, outra característica apontada é a incompetência que as cotas raciais irão gerar para o Brasil. Neste discurso está embutido também a questão da meritocracia e um suposto baixo rendimento dos estudantes cotistas o que refletiria na sua formação. O comentário de Luiz Arruda segue este raciocínio:

- *A Justiça esquece o Julgamento do Mercado de Emprego, é esse que dita as regras. Na minha empresa NÃO VOU CONTRATAR NINGUEM FORMADO PELO SISTEMA DE COTAS. Pois, não vou colocar em risco meu patrimônio. Pois não tenho garantias se este indivíduo tem uma boa formação. Jamais quero ser atendido por um medico e muito me-*

nos fazer uma cirurgia por alguém formado por sistemas de cotas. Pois não vou arriscar a minha vida. Essa é a verdade! Comentário de Luiz Arruda.

Há nestes argumentos uma visão apontada por Moura (1988), citada anteriormente neste artigo, o qual afirma que há uma "ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu". Ou seja, se é o mercado de trabalho que dita as regras e a formação profissional dos cotistas é duvidosa, o Luiz Arruda, enquanto empresário, não contratará em sua empresa nenhum profissional formado por meio das cotas raciais. O resíduo da estrutura escravista se manifesta desta forma defendida no comentário de Luiz Arruda. É uma maneira de punir estes estudantes, porque, se o STF quer legitimar juridicamente, Luiz Arruda, na condição de empregador, pretende punir o profissional cotista. Dessa forma, ele se utiliza do seu poder econômico para se fazer cumprir o que supostamente, na visão dele, o STF não fez.

Outro comentário que segue a mesma linha de raciocínio é de Paulo Moura. O comentário também se sustenta pelo poder econômico para punir os cotistas por uma suposta má formação profissional:

- As *provas dos cotistas terão 20% menos de questões?? A nota para passar de ano será 20% menor?? A consulta será 20% mais barata??? De qualquer maneira, vou me tratar no Sírio Libanês.* – Comentário de Paulo Moura

Ao dizer que continuará se tratando no Sírio Libanês, Paulo Moura afirma que irá se tratar num dos melhores e mais caros hospitais do Brasil aferindo assim seu poder econômico como uma forma de superioridade diante das regras de 'inferioridade' que as cotas raciais instituem.

A análise possível de se chegar, a partir de todos os posts relacionados, é de que há uma rejeição pelas cotas raciais no Brasil. Nos posts fica evidente que o STF não cumpriu com a premissa constitucional de que todos são iguais em direitos e deveres. Os argumentos utilizados reforçam que é preciso melhorar a educação básica do país e que se tem que haver cotas, elas devem ser sociais.

Há outros posts que contrapõem a posição da maioria que comentou sobre a reportagem da constitucionalidade das cotas pelo STF. Os argumentos utilizados se pautaram como uma reparação histórica do processo de exclusão que os negros passaram no Brasil, da invisibilidade deste grupo nos meios de comunicação e de que a igualdade de direitos não é colocada em prática nas relações sociais cotidianas:

- I*nfelizmente, os comentários aqui simplesmente demonstram o quanto o racismo cordial imposto pela sociedade brasileira aos afrodescendentes é assimilado por muitos como algo simplesmente natural. Não vêem ou não querem ver que a igualdade preconizada pela própria Constituição não está presente no dia-a-dia, não está presente no mercado de trabalho, no mercado publicitário, nem nos programas televisivos, onde o negro é simplesmente retratado como 'o outro' e não integrante da sociedade.* Comentário de Ronaldo Andrade
- *Você deveria ter acompanhado o debate do STF. Até o Gilmar Mendes do seu PSDB votou a favor. É preciso conhecer um pouco da História do Brasil.* Comentário de Clóvis Sabino
- *As opiniões aqui ultrapassam a ignorância e a bestialidade. Não entendem que há menos de 4 ou 5 gerações se tratava de um povo escravizado, e acham que agora está tudo bem igualar eles a todos. O STF agiu sim corretamente. É necessário compensar o que foi feito anteriormente e reequilibrar a situação social. Não devia estar postando isto aqui, em razão do nível, mas sempre vale a tentativa.* Comentário Oliver Moreira

As justificativas das pessoas que são a favor das cotas também utilizaram argumentos que já estão desgastados no discurso daqueles que defendem as cotas raciais. Não utilizaram dados estatísticos ou mesmo autores consagrados que discutem a temática racial no país. Porém, no primeiro post a justificativa é embasada pelo racismo cordial. Segundo Ronaldo Andrade, o racismo cordial mascara as assimetrias sociais que os afrodescendentes sofrem no Brasil.

O racismo cordial é um conceito desenvolvido por Gilberto Freyre no livro Casa Grande e Senzala. Freire vai desenvolver a tese de que as relações entre negros e brancos no período escravocrata eram harmoniosas e por isso dissolveram o racismo e o preconceito na formação do Brasil.

> Em Casa Grande e Senzala o negro é o escravo doce, a mulata zombeteira, a ama de leite maternal, a negra masoquista, o moleque brincalhão, o preto velho que conta histórias, a curandeira que socorre com seus feitiços, a mucama que serve sexualmente o seu senhor. (...) A descrição da harmonia da relação entre senhores e escravos, da cumplicidade expressa na relação sadomasoquista entre eles é o "Retrato do Brasil". (Santos, 2002, p. 159)

É a obra de Freire que fará um "Retrato do Brasil" a partir de uma democracia racial e de um racismo cordial porque não houve um conflito nas relações entre negros e brancos. E será este discurso que será apropriado no imaginário do brasileiro para escamotear o racismo que existe no Brasil.

Sodré (2000, p. 195) irá afirmar que "todo racismo são representações ou construções discursivas centradas nas noções de raça", sendo assim, é possível concluir que os posts só referendam o discurso criado por Freire de que as cotas raciais não são legítimas porque o Brasil é uma democracia racial. Os comentários a favor das cotas raciais deveriam ter se baseado em dados econômicos e estatísticos para mensurar o quanto o negro é excluído socialmente no Brasil, até porque, foram dados que os ministros do STF utilizaram para constitucionalizar as contas raciais no Brasil.

Considerações Finais

A questão racial no Brasil é emblemática: há o mito de uma democracia racial coexistindo com o racismo. A democracia racial se manifesta no imaginário brasileiro e escamoteia os problemas socioeconômicos que enfrentam os afrodescendentes. O racismo se manifesta na manutenção da superestrutura escravista, aonde os brancos continuam sendo os donos da "Casa Grande" e os negros continuam nas "Senzalas". Só que hoje a casa grande são os condomínios fechados e as senzalas a favela, a periferia.

Historicamente, isto gera uma tensão entre negros e brancos. Os negros, desde que chegaram ao Brasil, resistem à dominação, e os brancos aperfeiçoam as estratégias de dominação.

Atualmente, a tensão ocorre no acesso às universidades públicas por meio de cotas raciais. Demorou 113 anos

para que o Movimento Negro conseguisse institucionalmente acesso a um reduto elitista brasileiro, a universidade. Como forma de manutenção da estrutura escravista, o partido *Democratas* impetrou uma ação no Supremo Tribunal Federal alegando a institucionalidade das cotas.

Em 26 de abril de 2012, o STF declarou, por meio de votação unânime, que as cotas raciais são constitucionais e podem ser um critério de acesso a universidade pública. Porém a opinião pública é contra a decisão. Mais de 76% das pessoas não concordam com as cotas raciais. Sendo assim, este artigo procurou entender os posts publicados em um site de notícias, o UOL.

Por meio dos argumentos utilizados nos posts, foi possível constatar que o mito da democracia racial está presente no imaginário brasileiro e isto justifica a rejeição das cotas raciais no país. Nestes posts não há dados de pesquisas sociais e econômicas para justiçar o porquê de não constitucionalizar as cotas. São argumentos que existem no imaginário das pessoas, e são reproduzidos, sem uma reflexão mais crítica.

É possível também perceber que há uma dicotomia no discurso: a democracia racial se sustenta no âmbito da cultura e a exclusão social do negro no âmbito econômico. A grande opinião pública brasileira se sustenta no primeiro discurso, enquanto que o movimento negro se apropria do segundo.

A ideologia dominante está impregnada na mente das pessoas e isto as impede de ver outros elementos O desafio para a sociedade brasileira será refletir sobre esta dicotomia para se alcançar um denominador comum e desconstruir o mito de que o Brasil é uma democracia racial. As cotas raciais podem ser uma tentativa na construção deste denominador comum.

Referências Bibliográficas

Cashmore, Ellis. Dicionário das relações étnicas e raciais. Trad. Dinah Kleve – São Paulo: Summus, 2000.

FANON, Frantz. Pela Negra, Máscaras Brancas. Trad. Renato da Silveira – Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Os Condenados da Terra. Trad. José Laurênio de Melo – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed.São Paulo, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

Ferreira, A.B.H. Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa. 6ª ed. revisada e ampliada. Curitiba: Posigraf, 2004.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro

Losekann, Cristina. A esfera pública habermasiana, seus princípios críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. Publicado na Revista Pensamento Plural, páginas 37-57, janeiro a junho de 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O imaginário: em busca de uma síntese entre o ideológico e o simbólico na análise da dinâmica sociocultural latino-americana. Publicado na Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Informácion y Comunicácion. Vol VI, nº 3, Sep/Dic. 2002.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

Santos, Gislene Aparecida dos. A invenção do "ser negro": um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade do negro. São Paulo: Educa/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

Sodré, Muniz. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

Recebido em 13.07.2014. Aceito em 30.11.2014.